



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, competência em matéria previdenciária e propriedade industrial.

Juiz Federal Titular: MARCELO LEONARDO TAVARES

Juiz Federal Substituto: CAROLINE SOMESOM TAUKE

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 03 a 07 de agosto de 2015, a correição ordinária presencial da 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RECOMENDAÇÕES:

1. Classificar a Ação Civil Pública nº 0503486-25.2004.4.02.5101, que se encontra na classe com final 999 (a classificar);
2. Regularizar os processos que tramitam em segredo de justiça, que não tenha despacho determinando o referido sigilo;
3. Dar o devido andamento aos processos conclusos com prazo vencido;
4. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias;
5. Regularizar as petições pendentes de juntada;
6. Regularizar os processos que estão suspensos, mas não tenha despacho que a determine;
7. Regularizar os processos (2.722) que se encontram sem tipo de intimação, constando como “vazias”;
8. Observar a correta classificação de sentença, em especial nos processos: 0804560-94.2011.4.02.5101, 0512422-05.2005.4.02.5101, 0505284-84.2005.4.02.5101, 0808677-31.2011.4.02.5101, 0503486-25.2004.4.02.5101 e 0503486-25.2004.4.02.5101;
9. Buscar diminuir o tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições de pagamento (precatório/RPV) enviadas (1.403 dias);
10. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;
11. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no Sistema Processual Apolo;
12. Buscar o cumprimento das Metas (02 e 06) do CNJ, diante do elevado número de processos listados nos itens respectivos deste relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

De acordo com a Portaria PR-RJ n.º 567, de 20/05/2015, a Procuradora da República Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: MARCELO LEONARDO TAVAES, em exercício desde agosto de 2012.

. Substituta: CAROLINE SOMESOM TAUKE, em exercício desde 09/04/2014.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 13

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 09

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 05

Fonte: Questionário pré-correção.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo 1ª Instância e Juizados	Correição/2013	Correição/2015
Total	4.469	3.955
Suspensos	616	583
Ag. julgamento recurso	236	283
Tramitação ajustada	3.617	3.089

. MATÉRIA CÍVEL:

Total: 3.955

Suspensos: 583

Aguardando julgamento recurso/agravo: 283

Em tramitação: 3.089

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2013 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de agosto de 2015.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/08/2014 até 31/07/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	3.346	47,33	47
Decisão	2.072	29,31	50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Sentença	1.652	23,37	142
Total Geral	7.070	100,00	70

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, **extraído em 03/08/2015.**

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

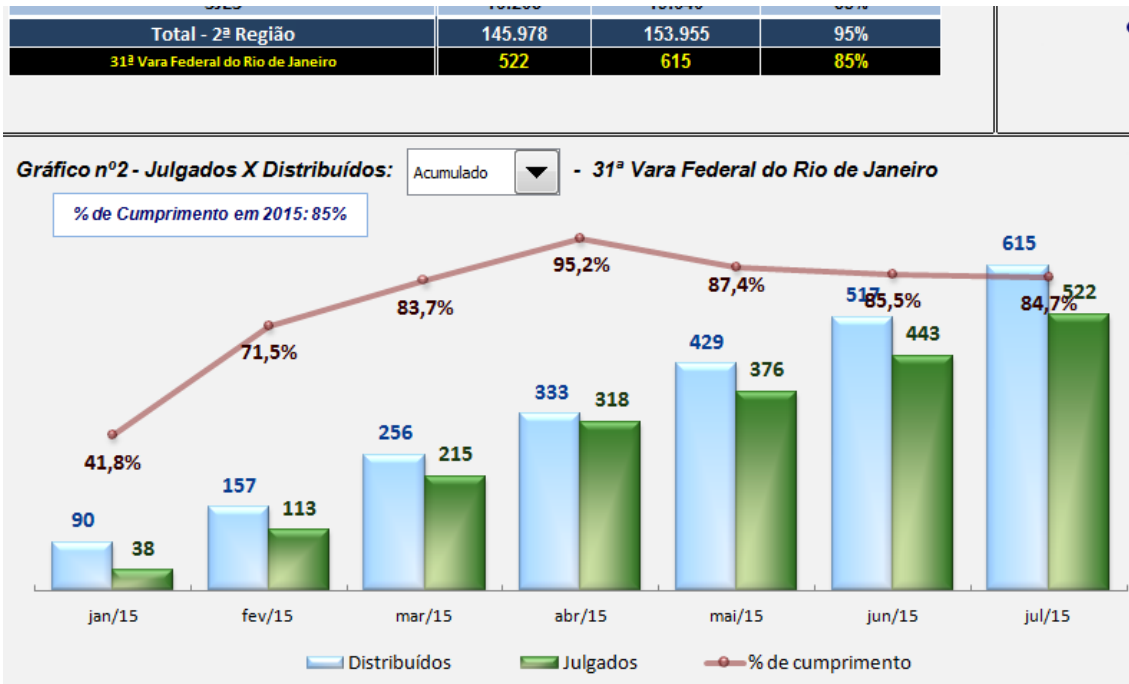
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 03/08/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 85%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.046	66.197	2.420	68.617	5.429	93%
1º Grau / SJRJ	65.317	58.383	2.140	60.523	4.794	93%
1º Grau / SJES	8.729	7.814	280	8.094	635	93%
Juizado Especial Federal	96.173	93.981	1.240	95.221	952	99%
JEF / SJRJ	75.217	73.416	957	74.373	844	99%
JEF / SJES	20.956	20.565	283	20.848	108	99%
Turma Recursal	23.696	23.559	125	23.684	12	100%
TR / RJ	19.649	19.628	18	19.646	3	100%
TR / ES	4.047	3.931	107	4.038	9	100%
TRF	15.420	10.222	1.546	11.768	3.652	76%
SJRJ	160.183	151.427	3.115	154.542	5.641	96%
SJES	33.732	32.310	670	32.980	752	98%
Total - 2ª Região	209.335	193.959	5.331	199.290	10.045	95%
31ª Vara Federal do Rio de Janeiro	2.976	2.726	55	2.781	195	93%

Gráfico nº 1 - Comparativo histórico - % de Julgados

Situação: Constam 195 processos pendentes de julgamento:

→ Autuados até 2010: 195 processos:

Sem movimentação há mais de 100 dias: 85

07336122119004025101

Processo distribuído em 07/04/1999; concluído em 10/11/2011, sendo proferido o seguinte despacho: “ Preliminarmente, fica consignado que os autos encontram-se em poder do advogado da parte autora e que a devolução dos autos realizada no sistema informatizado objetiva apenas a abertura de conclusão. Tendo em vista que as diligências realizadas pelo Juízo para intimar o advogado que realizou a carga dos autos restaram infrutíferas, suspenda-se o curso do processo até que seja procedida a devolução dos autos ou ulterior manifestação do responsável pela carga, limitando-se a data da suspensão ao prazo previsto no art. 2º do Provimento nº 61, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 2ª Região.”

Último movimento: concluído em 25/09/2014 para sentença.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00467280419984025101

Processo redistribuído em 04/12/2001; concluso em 04/07/2007, e proferido despacho determinando a suspensão dos embargos até o processamento do pedido de habilitação, em curso no feito principal.

Último movimento: concluso em 01/10/2014 para sentença. Parado desde então.

05298455120004025101

Processo redistribuído por dependência em 04/12/2001; Embargos à Execução tendo por objeto título judicial relativo a revisão de RMI; concluso em 16/06/2010 e determinado ao INSS se manifestar acerca dos cálculos; concluso em 20/09/201 e determinada várias medidas a serem cumpridas; concluso em 24/07/2014 e proferido despacho determinando o encaminhamento à publicação de parte do ato decisório anterior para intimação da parte;

Último movimento: concluso em 24/11/2014 para sentença. Parado desde então.

08006128620074025101

Processo distribuído por dependência em 14/02/2007; Embargos à Execução, conclusão em 23/08/2010 e despacho determinando remessa ao Contador Judicial e uma vez elaborado os cálculos fosse dada vista as partes.

Último movimento: concluso em 20/09/2013 para decisão. Parado desde então.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

08082256020074025101

Processo distribuído por dependência em 09/08/2007; concluso em 04/04/2014, sendo determinado o encaminhamento à publicação de parte do ato decisório anterior para intimação, no prazo de 10 dias. Após, aos Réus, também em provas pelo mesmo prazo; concluso em 20/02/2015.

Sem movimentação há menos de 100 dias: 110

00458724019984025101

Processo redistribuído por dependência em 21/05/2003; concluso em 18/07/2012 e proferido despacho no sentido de que atendidas as determinações nos autos principais, voltassem conclusos para sentença; concluso em 18/02/2013 para sentença e convertido em diligência, dando-se a remessa dos autos ao contador judicial, para que se manifeste sobre a impugnação de fls. 232/233, retificando ou ratificando os cálculos de fls. 174/233; último movimento: despacho publicado em 07/08/2015.

00074569520014025101

Processo redistribuído por dependência em 22/01/2004; trata-se de Ação Civil Pública versando sobre o fornecimento de elementos incorretos para o cálculo da aposentadoria de anistiado político; deferido o requerimento de citação por edital em 30/10/2014; concluso em 12/06/2015 e determinado a expedição de novo mandado de citação no endereço descrito à fl. 7476. Caso negativo o referido mandado, fosse os autos à Defensoria Pública da União, para que exerça o encargo de curador especial.

00147438520034025151

Processo redistribuído em 13/12/2005; concluso em 25/08/2009 e determinada a suspensão do curso do processo, nos termos do art. 60 do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CPC; despacho, em 27/09/2011, cancelando a audiência designada 05 de outubro de 2011; último movimento: concluso em 03/12/2013 para despacho.

00289630520074025101

Processo redistribuído em 31/05/2011; suscitado conflito negativo de competência em 30/06/2014; suspensão por aguardar decisão de instância superior em 31/10/2014; reativação da suspensão em 10/06/2015; último movimento: remessa, carga.

05395020720064025101

Processo redistribuído em 13/12/2006; concluso em 06/12/2011, sendo proferido o seguinte despacho: “ Preliminarmente, fica consignado que os autos encontram-se em poder do advogado da parte autora e que a devolução dos autos realizada no sistema informatizado objetiva apenas a abertura de conclusão. Tendo em vista que as diligências realizadas pelo Juízo para intimar o advogado que realizou a carga dos autos restaram infrutíferas, suspenda-se o curso do processo até que seja procedida a devolução dos autos ou ulterior manifestação do responsável pela carga, limitando-se a data da suspensão ao prazo previsto no art. 2º do Provimento nº 61, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 2ª Região.”

→ Autuados em 2011: 00

→ Autuados em 2012: 00

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 03/08/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Inaplicável ao órgão correicionado.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 03/08/2015.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

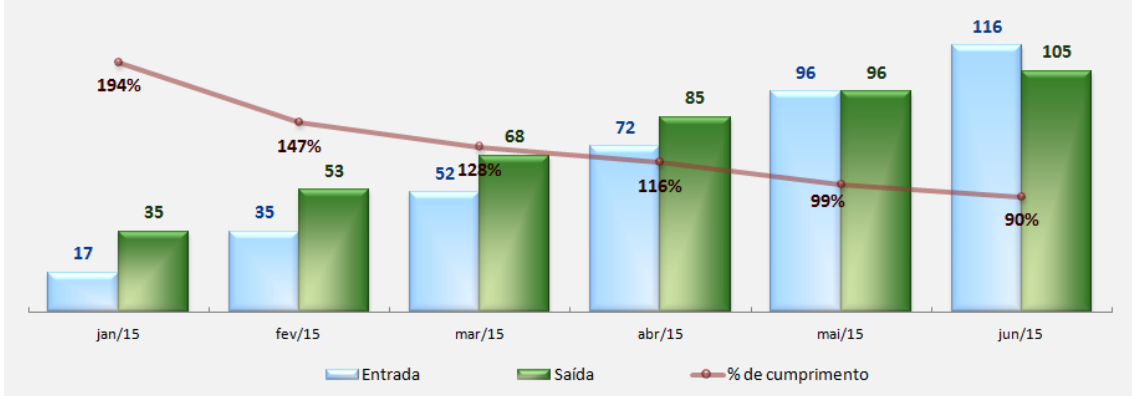


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SJES	7.075	4.390	5.055	6.410	115%
Total - 2ª Região	43.912	31.338	31.057	44.193	99%
31ª Vara Federal do Rio de Janeiro	295	116	105	306	90%

Gráfico nº1 - Entradas X Saída: Acumulado - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

% de Cumprimento em 2015: 90%



De acordo com o gráfico da Meta 05 do CNJ, acima descrito, a vara, ora correccionado, no ano de 2015, atingiu a meta, exceto no mês de junho do corrente ano.

	Fiscal	Não Fiscal	Total
Março/2014			
Março/2015			

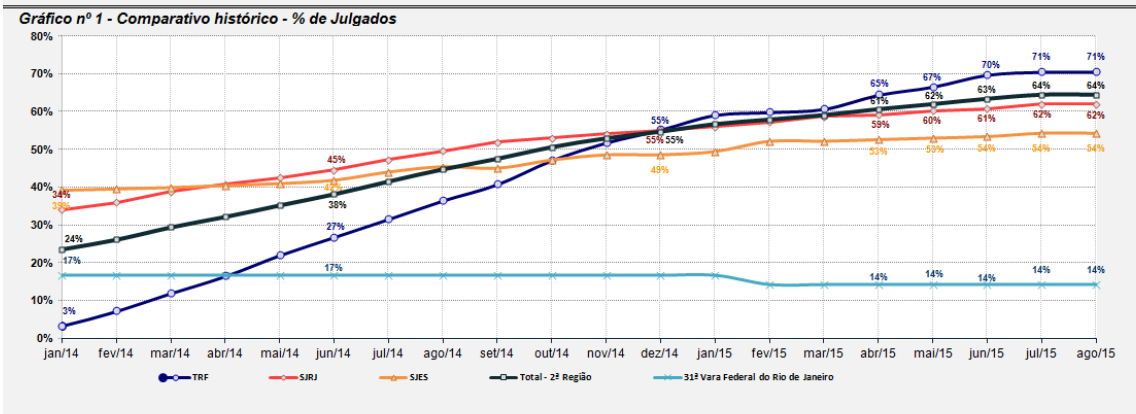


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	509	291	69	360	149	71%
SJRJ	861	472	63	535	326	62%
SJES	114	55	7	62	52	54%
1º Grau	975	527	70	597	378	61%
Total - 2ª Região	1.484	818	139	957	527	64%
31ª Vara Federal do Rio de Janeiro	7	1	0	1	6	14%



De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 06/08/2015.

Classes:

Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo: 00

Ação Civil Pública: Em trâmite: 05
Suspensos: 01
Ag. Recurso TRF: 00
Total: 06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00155451020014025101-

Concluso em 15/05/2012 e proferido o seguinte despacho, que transcrevo parte: "... Chamo o feito à ordem. Verifica-se que a presente ação foi distribuída em 05/07/2001, logo, há aproximadamente 11 (onze) anos, e que ainda se encontra em fase de citação dos réus. Observo que tal conjuntura, qual seja, a dificuldade que o Juízo vem encontrando em processar o feito, se deve, em princípio, a problemas quanto à correta localização dos réus- seja por ocorrência de óbitos ou por adversidades sobrevindas de cada litisconsorte – as quais, conquanto se refiram a um único autor, prejudicam todo o consórcio....”.

00074569520014025101

Processo redistribuído por dependência em 22/01/2004; trata-se de Ação Civil Pública versando sobre o fornecimento de elementos incorretos para o cálculo da aposentadoria de anistiado político; deferido o requerimento de citação por edital em 30/10/2014; concluso em 12/06/2015 e determinado a expedição de novo mandado de citação no endereço descrito à fl. 7476. Caso negativo o referido mandado, fosse os autos à Defensoria Pública da União, para que exerça o encargo de curador especial.

00155633120014025101

Processo redistribuído por dependência em 22/01/2004; despacho em 05/06/2015 suspendendo o curso do processo, pelo prazo de 20 dias, face à notícia de falecimento de causídico constituído nos autos.

08016846920114025101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concluso em 10/05/2012 para despacho, sendo determinada a remessa do processo ao INSS para se manifestar em provas; concluso em 22/01/2014. Sem movimentação desde então.

00317182620124025101

Despacho proferido em 07/05/2015 determinando a remessa dos autos à parte ré em provas, no prazo de 10 (dez) dias; concluso para sentença em 28/05/2015.

00317209320124025101

Despacho, publicado em 06/11/2013, determinando a intimação da parte ré no endereço declinado para que cumpra, no que couber, o despacho de fl 717 e caso negativa a diligência, fosse a intimação realizada por edital.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/08/2015.

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Inaplicável ao órgão correicionado.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 03/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao período de 08/2014 a 07//2015, emitidos em 03/08/2015, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

Total: 00
Suspensos:
Ag. Recurso TRF:
Em trâmite:

. AÇÃO POPULAR:

Total: 00
Suspensos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ag. Recurso TRF:
Em trâmite:

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA:
Classe: 6999

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 00

0503486-25.2004.4.02.5101- A CLASSIFICAR.

Versa a presente ação sobre concessão de patente, distribuída a 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro em 29/01/2004; sentença proferida e publicada em 01/04/2011; despacho em 18/03/2014 determinando o encaminhamento dos autos do agravo de instrumento à Assessoria de Recursos do TRF 2ª Região; suspensão do processo em 21/07/2011, aguardando decisão de instância superior; reativação da suspensão em 18/09/2013; julgamento dos embargos de declaração em 11/04/2014; intimação da sentença em 24/07/2014; remessa ao TRF 2ª Região em 29/09/2014 para julgamento da remessa necessária (art. 19 da Lei 4.717/65).

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA:
Total: 36



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 36

Classe: 6003

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0007456-95.2001.4.02.5101

Redistribuído em 22/01/2004 para a 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro; concluso em 20/02/2006 e proferido despacho, na sua parte final, determinação para que a Secretaria informasse os réus regularmente citados e quais não foram localizados; período entre 07/10/2008 e 08/02/2011, no qual foram expedidas cartas precatórias, determinação de citação pessoal de uma das partes no processo, bem como a intimação dos representantes legais das empresas CLARO, OI, VICO, TIM, CEG e LIGHT e, ainda, oficiado o TRE e à CESPE/UNB nos termos requeridos pelo MPF; despacho proferido em 19/07/2011, determinando a citação de co-réu no endereço informando à fl. 7.384; relatada diversas diligência negativas na busca pelo réu, e infrutífera a citação por edital, sem que o réu se manifestasse, proferida decisão em 03/07/2015, determinando a expedição de nova citação MP endereço descrito à fl. 7476 dos autos. Após, caso negativo o referido mandado, a Defensoria Pública da União, para exercer o encargo de curador especial.

0015545-10.2001.4.02.5101

Redistribuição por dependência em 22/01/2004; concluso ao magistrado em 15/02/2012, foi o feito chamado à ordem e proferido o seguinte despacho “ Verifica-se que a presente ação foi distribuída em 05/07/2001, logo, há aproximadamente 11 (onze) anos, e que ainda se encontra em fase de citação dos réus. Observo que tal conjuntura, qual seja, a dificuldade que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

o Juízo vem encontrando em processar o feito, se deve, em princípio, a correta localização dos réus- seja por ocorrência de óbitos ou por adversidades sobrevindas de cada litisconsorte- as quais, conquanto se refiram a um único auto, prejudicam todo o consórcio. De outro lado, fixo que – não obstante a existência nos autos de afinidade de questões por ponto (s) comum (uns) de fato ou de direito – não se já que falar em necessidade de julgamento de modo uniforme para todos os réus, e, menos ainda, de risco de decisões contraditórias, eis que as situações individuais que motivaram o ajuizamento da presente ACP são distintas. Logo, não há litisconsórcio passivo necessário na hipótese em apreço. Ademais saliento que no item “1” da conclusão da correição ordinária eletrônica, realizada nesta Vara em novembro de 2011, houve a recomendação, pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Corregedor da Justiça Federal da 2ª Região, que fossem priorizados os processamentos das ações civis públicas, sobretudo em relação àquelas incluídas na chamada Meta 2”. Nestas condições, tendo em conta que compete ao juiz “assegurar às partes igualdade de tratamento” e “velar pela rápida solução do litígio” (art 125, I e II, do CPC), determino, com fulcro no art. 46, parágrafo único, do CPC, que os autos sejam remetidos ao MPF, para que o Parquet promova o desmembramento do polo passivo em tantos processos quantos sejam os réus, apresentando todas as cópias e documentos necessários para tanto. Prazo 60 (sessenta) dias para cumprimento; Intimação de decisão em 13/07/2015.

0015563-31.2001.4.02.5101

Redistribuição por dependência em 22/01/2004; proferido despacho determinando a intimação do réu, por publicação, para especificação de provas, em 15/05/2013; concluso para sentença em 21/01/2014 e convertido em diligência; suspensão do processo em 05/06/2015, pelo prazo de 20 dias, face ao falecimento de causídico constituído nos autos. .

0031718-26.2012.4.02.5101

Distribuída por dependência em 08/10/2012; concluso para sentença em 28/05/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0031720-93.2012.4.02.5101

Distribuída por dependência em 08/10/2012; concluso para sentença em 25/02/2015.

0031721-78.2012.4.02.5101

Redistribuição por dependência em 07/03/2013; concluso para sentença em 11/06/2013, sendo o feito convertido em diligência em 11/06/2013; despacho em 11/05/2015 determinando a remessa dos autos à Secretaria do Juízo para que procedesse a feitura da certidão aludida no item 2 da decisão. Após, ao MPF, por 15 (quinze) dias, para ciência do desmembramento e para que formule os requerimentos que entender cabíveis, tendo em vista a fase processual em que o feito se encontra.

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Síntico e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de 08/2015, Planilha Apolo Excel - Intimados, Portal de Estatísticas, acervo por classe e situação do processo, análise dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Sistema Apolo, **posição em 03/08/2015.**

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/08/2014 A 31/07/2015)
(Art. 35, I, CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TOTAL: 31 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 13/08/2014 e a última de 22/07/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ
Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

**→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS
(FÍSICOS/VIRTUAIS)**

**1. INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA
(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição de 2015:

“Os processos distribuídos são analisados quanto aos requisitos da inicial (arts. 282 e 283 do CPC), quanto ao correto recolhimento das custas e quanto à competência deste Juízo para julgá-los. São processados de forma diferenciada aqueles em que há pedido de liminar ou antecipação de tutela.”

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se o seguinte endereço:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“INICIAIS”: 00 documentos

“DRA. CAROLINE S. TAUKE – INICIAIS”, com 03 documentos, sendo o mais antigo o de 30/07/2015, sob o nº 0064366-54.2015.4.02.5101.

Fonte: Questionário pré-correição, módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) **posição em 06/08/2015, às 14h17.**

2. BALCÃO DE ENTRADA

a. Documentos: 08

b. Sendo o mais antigo de 06/08/2015, sob o nº 0804602-80.2010.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 06/08/2015, às 14h17..**

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição de 2015:

“Os processos distribuídos são analisados quanto aos requisitos da inicial (arts. 282 e 283 do CPC), quanto ao correto recolhimento das custas e quanto à competência deste Juízo para julgá-los. São processados de forma diferenciada aqueles em que há pedido de liminar ou antecipação de tutela.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, não se encontrou nenhum endereço eletrônico para as prevenções.

Fonte: Questionário pré-correição de 2015 e Relatório de Inspeção Anual 2015 e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 06/08/2015, às 14h17.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR)

TOTAL: 1.023

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 596
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 95
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 332

Vistos, por amostragem, os processos abaixo relacionados, apresentaram a seguinte situação:

00300417320104025151.

Processo previdenciário, redistribuído para a 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro em 10/09/2010; proferida sentença e remetida para publicação em 04/08/2015; último movimento: Remessa, Carga para PRF- Varas Previdenciárias.

05268502620044025101.

Processo distribuído em 03/09/2004; intimação de sentença em 30/10/2007; remessa ao TRF da 2ª Região em 29/01/2008; devolução de remessa em 26/03/2009; concluso ao magistrado em 27/08/2010, sendo proferido despacho determinando a suspensão do processo até o julgamento dos embargos em apenso; reativação da suspensão em 01/12/2012; execução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

provisória de sentença em 01/12/2012; suspensão por embargos a execução em 06/11/2013; reativação de suspensão em 12/03/2014; concluso em 12/03/2014, sendo proferido despacho mantendo suspenso até o julgamento dos embargos à execução de nº 2009.5101.809884-9.

05118025620064025101.

Processo distribuído em 22/05/2006; registrada no sistema sentença, pendente de publicação, em 05/08/2015.

Destacam-se os processos abaixo discriminados:

00389196920124025101.

Processo previdenciário, distribuído para a 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro em 27/09/2012; concluso para sentença em 03/07/2013; registrado no sistema minuta de sentença em 09/07/2015.

00068054320134025101.

Embargos à Execução, distribuído por dependência para a 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro em 14/02/2007; concluso para decisão em 20/09/2013; parado desde então.

08006128620074025101.

Processo concluso para decisão em 20/09/2013. Parado desde então.

01029489420134025101.

Processo distribuído em 25/02/2013; concluso para sentença em 11/03/2014; Parado desde então.

01025747820134025101.

Processo distribuído em 19/02/2013; concluso para sentença em 10/03/2014. Parado desde então.

08100451720074025101.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo distribuído em 26/10/2007; concluso para sentença em 21/01/2014; Parado desde então.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 03/08/2015.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO (PARADOS):
(Arts. 228 da CNCR)

TOTAL: 394

- a) ENTRE 31 E 60 DIAS: 170
- b) HÁ MAIS DE 60 DIAS: 224

Vistos, por amostragem, os processos abaixo, apresentando a seguinte situação:

00049040620144025101. Trata-se de mandado de segurança individual / previdenciário, distribuído em 07/04/2014; em 25/04/2014 decisão determinando que a secretaria providencie a junta da cópia da petição inicial da sentença proferida e da decisão do TRF da 2ª Região, relativamente ao feito alegadamente preventivo; em 03/08/2015 conclusão para despacho com minuta no Sistema Processual Apolo.

05197748220034025101. Trata-se de ordinária / previdenciária, distribuída em 21/01/2004; em 02/08/2010 sentença julgando procedente, em parte, o pedido, publicada em 23/11/2010; em 17/05/2011 remessa, carga para o TRF 2ª Região, por motivo de processar e julgar recurso, devolvido em 23/05/2014; em 28/05/2014, intimação de despacho, determinando a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

suspensão do presente feito, permanecendo em local próprio na secretaria, aguardando julgamento definitivo.

Destacam-se os processos abaixo discriminados:

00268523919934025101. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 04/12/2001; em 22/05/2007 sentença sem resolução do mérito, publicada em 01/06/2007; em 15/03/2010 despacho cientificando as partes da certidão de fls. 227 e, nada sendo requerido, baixa e archive-se; em 22/04/2010 remessa, carga para o INSS por motivo de manifestação, devolvido em 05/05/2010, **parado desde então.**

00282476619934025101. Trata-se de ordinária/previdenciária, redistribuída em 07/04/1999; em 13/05/2009 sentença julgando extinta a execução, com fulcro no art. 794, I do CPC, transitada em julgado, archive-se com baixa; em 07/06/2010 remessa, carga para o autor por motivo de manifestação, devolvido em 05/07/2010, **parado deste então.**

00345434020124025101. Trata-se de ordinária/previdenciária, distribuída em 07/08/2012; em 22/11/2012 sentença sem resolução do mérito, indeferindo a inicial e julgando extinto o processo, publicada em 18/01/2013; em 15/01/2013, remessa, carga para autor por motivo de recurso, devolvido em 05/02/2013, **parado desde então.**

00465038119984025101. Trata-se de embargos à execução, redistribuído em 04/12/2001; em 04/12/2001 remessa, carga para o TRF 2ª Região por motivo de processar e julgar recurso, devolvido em 15/12/2009; em 08/03/2013 movimentação cartorária tipo aguardando processo vir do arquivo, **parado desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 03/08/2015.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).

De acordo com o mapa de petições pendentes, do Sistema Processual Apolo, há 51 documentos pendentes de juntada, em 03/08/2015.

Vistos, por amostragem, os processos abaixo, que apresentaram a seguinte situação:

Os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento, eis que tiveram suas respectivas petições juntadas:
00057881219894025101; 00282476619934025101;
00069983019914025101.

Destacam-se os processos abaixo relacionados, com petições pendentes de juntadas, fora do prazo:

00330575519914025101. Petição nº 2013.7152.089796-9, cadastrada em 19/07/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00330575519914025101. Petição nº 2014.0038.000319-5, cadastrada em 29/10/2014

05207878220044025101. Petição nº 2014.7152.098587-5, cadastrada em 03/09/2014.

05243802720014025101. Petição nº 2011.7162.054493-8, cadastrada em 03/05/2011;

00050444619914025101. Petição nº 2015.7851.001925-4, cadastrada em 06/05/2015;

00121383920144025101. Petição nº 2015.3000.384638-1, cadastrada em 19/05/2015;

00141035220144025101. Petição nº 2015.3000.370526-5, cadastrada em 14/05/2015;

00165894420134025101. Petição nº 2015.3000.366328-7, cadastrada em 13/05/2015;

00239396019884025101. Petição nº 2015.7251.001749-3, cadastrada em 12/06/2015.

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, não se encontrou nenhum endereço eletrônico para as petições pendentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, **extraído em 03/08/2015**, e Relatório de Inspeção Anual de 2015. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 06/08/2015, às 14h17**.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se os seguintes endereços para controle de prazo:

“PRAZO”, com 173 documentos, sendo o mais antigo o de 02/06/2015, sob o nº 0023453-30.2015.4.02.5101;

“RPVs ENVIADOS – AGUARDANDO PAGAMENTO” com 04 documentos, sendo o mais antigo o de 17/07/2015, sob o nº 0056203-90.2012.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 06/08/2015, às 14h17**.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se os seguintes endereços para cumprimento de ordem:

“REMESSAS”, com 120 documentos, sendo o mais antigo o de 31/03/2015, sob o nº 0801351-20.2011.4.02.5101;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“ag. expedir mandados/ofícios” 00 documento.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 06/08/2015, às 14h17.**

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

- a. Total em 22.
 - i. Segredo absoluto: 00
 - ii. Segredo do Sistema: 01
 - iii. Segredo de Peças: 21

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00066804120144025101. Segredo de justiça devidamente registrado no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos despacho determinando o referido sigilo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01402728420144025101. Segredo de justiça devidamente registrado no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos despacho determinando o referido sigilo.

01456701220144025101. Segredo de justiça devidamente registrado no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos despacho determinando o referido sigilo.

01832836620144025101. Segredo de justiça devidamente registrado no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos despacho determinando o referido sigilo.

00080866320154025101. Segredo de justiça devidamente registrado no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos despacho determinando o referido sigilo.

00081169820154025101. Segredo de justiça devidamente registrado no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos despacho determinando o referido sigilo.

00081368920154025101. Segredo de justiça devidamente registrado no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos despacho determinando o referido sigilo.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 03/08/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

10.PUBLICAÇÕES
(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 07/2015
	Processos	7.939
	Boletins	129
	Média (Proc. / Bol.)	61,54
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	3,61

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 03/08/2015.

11.PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 767 processos com prazo vencido, na seguinte situação:

DESTINO	DATA DE EXPIRAÇÃO (mais antigo)	TOTAL
Autor	06/06/1996	48
Ministério Público	10/04/2013	15
Procuradoria Regional Federal – PRF por motivo de manifestação	13/05/2014	06
Procuradoria da Fazenda	10/01/1997	01
INSS	09/08/2010	167



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Defensoria Pública	14/05/2015	05
INSS – AADJ Agência de Atendimento de Demanda Judicial	15/09/2014	86
NATP-7ª JEF-Piloto	11/05/2015	08
PRF Varas Cíveis (capital) e INPI – autarquias e fundações federais	18/08/2014	45
PRF Varas Cíveis (capital) e INPI – autarquias e fundações federais por motivo de contrarrazões	02/09/2014	384
Aluisio Rodrigues Filho	07/10/2014	01
Isabela Coelho da Matta Cardoso	15/09/2014	01

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 05/08/2015.

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS
(Artigos 267 a 269 da CNCR)

- 1. Número total de processos suspensos (em 03/08/2015):**
Total: 866



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. Motivo Da Suspensão

- Aguardando decisão de instância superior: 243
- Cumprimento precatório/RPV: 290
- Embargos à execução: 191
- Outros suspensões – processos de conhecimento: 13
- Outros suspensões – processos de execução: 44
- OUTROS – FASE DE CONHECIMENTO: 20
- OUTROS – FASE EXECUÇÃO: 25
- Repercussão geral (CPC, ART. 543-B E §1º): 39
- Suspenso – aguardando julgamento de recurso: 01

3. Análises dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Apresentar regular andamento os processos abaixo relacionados:

- Aguardando decisão de instância superior: 243
05385795420014025101; 08130351020094025101;
08012386620114025101; 08031799020074025101;
08131676720094025101.

- Cumprimento precatório/RPV: 290
05244688920064025101; 05002639320064025101;
00720185519974025101; 05006969720064025101;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00292011519934025101; 05357624620034025101.

- Embargos à execução: 191

05137154420044025101; 00046732419874025101;
00078261619974025101; 00194032519964025101;
05112811420064025101; 05186981820064025101;
00491730519924025101.

- Outras suspensões – processos de conhecimento: 13

00254640419934025101; 00521227019904025101;
00487042719904025101; 00209856519934025101;
00037447319964025101; 00011530719974025101.

- Outros suspensões – processos de execução: 44

00057413819894025101; 00026427919974025101;
00432026819944025101; 05297510620004025101;
05188229820064025101; 05238730320004025101.

- OUTROS – FASE DE CONHECIMENTO: 20

08093176820104025101; 05119588320024025101;
05128618420034025101; 09769506119004025101.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- OUTROS – FASE EXECUÇÃO: 25
05246851120014025101; 00104747119944025101;
00114279819954025101; 08046780720104025101;
00023287019964025101; 08061008020114025101.
- Repercussão geral (CPC, ART. 543-B E §1º): 39
05207262720044025101; 05241642720054025101;
05246103020054025101.
- Suspenso – aguardando julgamento de recurso: 01
00064613419914025101.

Destacam-se os processos abaixo discriminados:

- **09267322919004025101.** Devidamente registrada no Sistema Processual Apolo, mas como Repercussão geral (CPC, ART. 543-B e §1º). Salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinante da referida suspensão.
- **05259383420014025101.** Devidamente registrada no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **00502464020144025101.** Devidamente registrada no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão.

- **08050400920104025101.** Devidamente registrada no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão.

- **08070275120084025101.** Devidamente registrada no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão.

- **08146157520094025101.** Devidamente registrada no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão.

- **08121786120094025101.** Devidamente registrada no Sistema Processual Apolo, mas, salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, **extraído em 03/08/2015** e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

➔ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total:

- a. Convertidas em diligência:
- b. Embargos de declaração:
- c. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação:
 - ii. Condenatória:
 - iii. Extinção da execução:
 - iv. Improcedente:
 - v. Improcedente – dispensada citação:
 - vi. Procedente:
 - vii. Procedente em parte:
 - viii. Reconhecida prescrição/decadência:
 - ix. Reconhecimento da procedência do pedido:
 - x. Procedente com tutela deferida:
 - xi. Procedente em parte com tutela deferida:
- d. Sem resolução de mérito:
 - i. Desistência da ação:
- e. **Vazias: 2.722**

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**
(Res. 535/2006 do CJF)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0808441-79.2011.4.02.5101

0808576-91.2011.4.02.5101

0808571-69.2011.4.02.5101

0808540-49.2011.4.02.5101

0808528-35.2011.4.02.5101

Destacam-se os processos:

0808677-31.2011.4.02.5101

Registrado no sistema sentença tipo A, mas sem classificação no corpo da sentença.

0503486-25.2004.4.02.5101

Registrado no sistema sentença tipo A, mas sem classificação no corpo da sentença, extinta sem o julgamento do mérito.

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0002260-57.1995.4.02.5101

0521254-90.2006.4.02.5101

0526075-50.2000.4.02.5101

0528406-97.2003.4.02.5101

0528975-64.2004.4.02.5101

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0804559-46.2010.4.02.5101

0801913-97.2009.4.02.5101

0535229-87.2003.4.02.5101

0181982-84.2014.4.02.5101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Destacam-se os processos:

0512422-05.2005.4.02.5101

Registrado no sistema sentença tipo c, mas classificação no corpo da sentença como tipo B2.

0505284-84.2005.4.02.5101

Registrado no sistema sentença tipo c, mas classificação no corpo da sentença como tipo B2.

0804560-94.2011.4.02.5101

Registrado no sistema sentença tipo c, mas classificação no corpo da sentença como tipo B2.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 03/08/2015.**

→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição de 2015, não há processos no gabinete com pedidos urgentes pendente de análise, pois são analisados logo no recebimento das iniciais.

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o questionário pré-correição de 2015 há, tramitando no gabinete, na data da assunção (agosto/2012), 1.010 processos conclusos para sentença e, atualmente, 660 processos.

Fonte: Questionário pré-correição.

→ EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

FASE 18:		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos	Com Sentença	informada	486	486
		Não Informada	866	866
	Não sentenciáveis	Não informado	04	04
		Não -aplicável	06	06
		informada	08	08
	Registro Sentença Antiga	Não informada	04	04
	Total			1374

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença, **extraído em 03/08/2015.**

1. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO
(de 01/08/2014 a 31/07/2015):
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 722
- b. Virtuais: 154
- c. Total de requisições: 876



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1403 dias.

- RPV's:

. Cadastrados: 675

. Enviados: 465

- Precatórios (Parcela única):

. Cadastrados: 201

. Enviados: 170

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 03/08/2015, no período de 01/08/2014 a 31/07/2015..

→ GRANDES DÉBITOS

(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Nada foi relatado sobre grandes débitos na inspeção anual 2015, nem no questionário pré-correição de 2015.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD

(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Nada foi relatado sobre grandes débitos na inspeção anual 2015, nem no questionário pré-correição de 2015.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

→ **LEILÕES**

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Nada foi relatado sobre grandes débitos na inspeção anual 2015, nem no questionário pré-correição de 2015.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

Nada foi relatado sobre grandes débitos na inspeção anual 2015, nem no questionário pré-correição de 2015.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em **/**/, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até **/**/.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Total de acautelamentos/apreensões: 54(em 03/08/2015)

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

09280781519004025101

Acautelamento n.º 000001/2014: Cheque número UA-401786 DO Banco 341/Agência 9371-7/ conta corrente 11164-3, no valor de R\$ 2.574,46 (dois mil quinhentos e setenta quatro reais e quarenta centavos).

Localização: COFRE.

Despacho, publicado em 14/02/2014, determinando a intimação da parte autora para que comparecesse à Secretaria do juízo, a fim de retirar o cheque devolvido pela CEF.

Verificou-se que os demais bens acautelados/apreendidos nos processos que tramitam 31ª Vara Federal Do Rio de Janeiro são desprovidos de conteúdo econômico e, portanto, não se submetem a análise.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição em 03/08/2015.**

→ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com a inspeção anual 2015:

“Não foram constatadas irregularidades.”

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com a inspeção anual 2015:

“Quanto ao espaço físico, verifica-se o mesmo satisfatório em termos quantitativos e de organização, encontrando-se as questões apontadas no relatório da inspeção anterior com relação ao melhor aparelhamento da copa dos servidores, com a instalação de uma pia de cozinha, e da instalação de outro banheiro para uso dos magistrados já em curso de providência por parte da Administração, já tendo sido inclusive este juízo cientificado a respeito do novo layout previsto para a implementação, possivelmente no início do próximo ano.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição 2015 e Relatório de Inspeção Anual 2015.

➔ **METAS FIXADAS PELO JUÍZO**

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“Conforme exposto no item 3.15, para o gabinete foi estabelecido como meta eliminar até o final de 2015 as conclusões para sentença abertas no ano de 2014, pretende-se avançar, nos próximos 6 meses, 9 meses na data da conclusão para despacho e decisão nos processos antigos.”

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Carlos Cesar de Sousa Diniz, Mat. n.º 10.604

José Vicente Benevenuti, Mat. n.º 15.035